

NESTOR TÁVORA  
ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

*Curso de*  
**DIREITO**  
**PROCESSUAL PENAL**



**12ª edição** | revista e atualizada

2017



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Richard Veiga ([www.richardveiga.com](http://www.richardveiga.com))

**Capa (Adaptação):** Ana Caquetti

---

T231c Távora, Nestor  
Curso de direito processual penal / Nestor Távora, Rosmar Rodrigues Alencar – 12. ed.  
rev. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.  
1.840 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-1039-0.

1. Direito processual. 2. Direito processual penal. I. Título.

CDD 341.43

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## CAPÍTULO I

### LINHAS INTRODUTÓRIAS

1.	Direito Processual Penal.....	45
1.1.	Conceito e finalidade.....	45
1.2.	Características .....	46
1.3.	Posição enciclopédica.....	47
2.	Entendendo o tema.....	47
2.1.	Interesse .....	47
2.2.	Pretensão .....	48
2.3.	Lide.....	48
2.4.	Ação .....	49
2.4.1.	Noção .....	49
2.4.2.	Teorias da Ação .....	50
2.5.	Processo .....	51
2.5.1.	Procedimento (aspecto objetivo do processo).....	51
2.5.2.	Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo) .....	51
2.5.3.	Natureza jurídica do processo.....	52
3.	Sistemas Processuais.....	54
3.1.	Sistema inquisitivo .....	54
3.2.	Sistema acusatório .....	55
3.3.	Sistema misto ou acusatório formal .....	56
4.	Fontes .....	57
4.1.	Conceito .....	57
4.2.	Classificação.....	57
5.	Analogia.....	59
5.1.	Conceito .....	59
5.2.	Espécies.....	59
5.3.	Aplicação subsidiária do CPC/2015 .....	60
6.	Interpretação da Lei Processual .....	61
6.1.	Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza .....	62
6.2.	Quanto ao modo ou aos meios empregados .....	63
6.3.	Quanto ao resultado.....	63
7.	A Lei Processual Penal no tempo.....	64
8.	A Lei Processual Penal no espaço.....	66

9.	Princípios Processuais Penais.....	69
9.1.	Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade.....	69
9.2.	Princípio da imparcialidade do juiz.....	73
9.3.	Princípio da igualdade processual (princípio da paridade de armas e sua distinção).....	74
9.4.	Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência.....	75
9.5.	Princípio da ampla defesa.....	77
9.6.	Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	78
9.7.	Princípio da oficialidade.....	79
9.8.	Princípio da oficiosidade.....	79
9.9.	Princípio da verdade real.....	79
9.10.	Princípio da obrigatoriedade.....	80
9.11.	Princípio da indisponibilidade.....	81
9.12.	Princípio do impulso oficial.....	82
9.13.	Princípio da motivação das decisões.....	82
9.14.	Princípio da publicidade.....	83
9.15.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	84
9.16.	Princípio do juiz natural.....	85
9.17.	Princípio do promotor natural ou do promotor legal.....	85
9.18.	Princípio do defensor natural.....	87
9.19.	Princípio do devido processo legal.....	87
9.20.	Princípio do <i>favor rei</i> ou favor réu.....	88
9.21.	Princípio da economia processual.....	88
9.22.	Princípio da oralidade.....	89
9.23.	Princípio da autoritariedade.....	90
9.24.	Princípio da duração razoável do processo penal.....	90
9.25.	Princípio da proporcionalidade.....	93
9.26.	Princípio da inexigibilidade de autoincriminação.....	96
9.27.	Princípio da cooperação processual.....	98
10.	Quadro Sinótico.....	99
11.	Súmulas Aplicáveis.....	107
11.1.	STJ.....	107
11.2.	STF.....	107
12.	Informativos Recentes.....	108
12.1.	STJ.....	108
12.2.	STF.....	110
13.	Questões de Concursos Públicos.....	114
14.	Gabarito Anotado.....	117
15.	Questões discursivas com comentários.....	118
16.	Questões para treinar (sem comentários).....	124
16.1.	Gabarito.....	127



## CAPÍTULO II

### INQUÉRITO POLICIAL

1.	A persecução criminal .....	129
2.	Polícia judiciária e polícia administrativa.....	130
2.1.	Polícia administrativa ou de segurança.....	130
2.2.	Polícia judiciária.....	130
3.	Conceito e finalidade do inquérito policial .....	131
3.1.	Natureza jurídica do inquérito.....	132
3.2.	Verificação de procedência das informações (VPI) .....	132
3.3.	Destinatários do inquérito policial.....	132
4.	Inquéritos não policiais .....	133
5.	Características do inquérito policial .....	139
5.1.	Discricionariedade.....	139
5.2.	Escrito.....	140
5.3.	Sigiloso.....	140
5.3.1.	Espécies de sigilo: interno e externo .....	141
5.3.2.	Acesso aos autos do inquérito pelo advogado .....	141
5.3.3.	Ampliação do acesso aos autos de investigação preliminar pelo advogado .....	143
5.4.	Oficialidade .....	150
5.5.	Oficiosidade.....	150
5.6.	Indisponibilidade.....	151
5.7.	Inquisitivo .....	151
5.8.	Autoritariedade .....	153
5.9.	Dispensabilidade.....	153
6.	Competência (atribuição).....	154
6.1.	Critério territorial .....	154
6.2.	Critério material.....	154
6.3.	Critério em razão da pessoa .....	155
7.	Prazos.....	156
7.1.	Regra geral .....	156
7.2.	Prazos especiais.....	157
7.3.	Contagem do prazo.....	157
7.4.	Controle dos prazos e armazenamento de dados.....	158
8.	Valor probatório.....	159
9.	Vícios .....	161
10.	<i>Notitia Criminis</i> (notícia do crime) .....	162
10.1.	Conceito .....	162
10.2.	Espécies .....	163
11.	Peças inaugurais do inquérito policial.....	165
12.	Incomunicabilidade.....	166

13.	Providências .....	167
13.1.	Reprodução simulada dos fatos.....	177
13.2.	Indiciamento.....	178
14.	Encerramento .....	182
14.1.	Crimes de ação penal pública.....	183
14.3.	Arquivamento do inquérito policial sem requerimento do Ministério Público .	205
15.	Considerações Finais.....	206
15.1.	Termo circunstanciado .....	206
15.2.	Controle externo da atividade policial .....	207
16.	Quadro Sinótico .....	208
17.	Súmulas Aplicáveis .....	214
17.1.	STJ.....	214
17.2.	STF.....	214
18.	Informativos Recentes .....	214
18.1.	STJ.....	214
18.2.	STF .....	216
19.	Questões de concursos públicos.....	222
20.	Gabarito anotado .....	226
21.	Questões discursivas com comentários.....	228
22.	Questões para treinar (sem comentários).....	241
22.1.	Gabarito.....	244

### CAPÍTULO III AÇÃO PENAL

1.	Conceito.....	245
2.	Características.....	246
2.1.	Localização no ordenamento jurídico .....	247
3.	Condições para o exercício da ação penal.....	247
3.1.	Conceito .....	247
3.2.	Oportunidade para verificação das condições para o exercício da ação penal .	257
4.	Classificação das ações.....	258
4.1.	Ação penal pública incondicionada .....	259
4.1.1.	Conceito e titularidade .....	259
4.1.2.	Princípios informadores.....	260
4.2.	Ação pública condicionada.....	265
4.2.1.	Conceito e considerações .....	265
5.	Ação penal privada.....	271
5.1.	Conceito e considerações.....	271
5.2.	Titularidade .....	272
5.3.	Princípios.....	272
5.4.	Espécies de ação penal privada.....	278
5.5.	Custas e honorários advocatícios .....	280

6.	Questões complementares.....	281
6.1.	Ação de prevenção penal.....	281
6.2.	Ação penal <i>ex officio</i> .....	281
6.3.	Ação penal pública subsidiária da pública.....	282
6.4.	Ação penal popular.....	282
6.5.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	283
6.5.1.	Direito intertemporal.....	286
6.6.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	286
6.7.	Ação penal secundária.....	287
6.8.	Ação penal adesiva.....	288
6.9.	Ação penal na injúria por preconceito.....	288
6.10.	Ação penal extensiva.....	289
6.11.	Ação penal de segundo grau.....	289
7.	Inicial acusatória.....	289
7.1.	Conceito.....	289
7.2.	Requisitos formais.....	290
7.3.	Prazos para oferta da denúncia.....	295
7.3.1.	Prazos especiais para oferta da denúncia.....	295
7.3.2.	Início da contagem do prazo e o seu encerramento.....	296
7.3.3.	Desatendimento do prazo.....	297
7.4.	Prazos para oferta da queixa-crime.....	297
7.4.1.	Prazos especiais.....	297
7.5.	Aditamento da queixa.....	298
7.6.	Rejeição da denúncia ou queixa.....	299
7.6.1.	Repropositura da ação.....	302
7.6.2.	Rejeição <i>versus</i> não recebimento.....	302
7.6.3.	Rejeição parcial.....	302
7.6.4.	Recurso para combater a rejeição.....	302
7.6.5.	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito.....	303
8.	Quadro sinótico.....	304
9.	Súmulas aplicáveis.....	312
9.1.	STJ.....	312
9.2.	STF.....	312
10.	Informativos recentes.....	312
10.1.	STJ.....	312
10.2.	STF.....	315
11.	Questões de concursos públicos.....	317
12.	Gabarito Anotado.....	321
13.	Questões discursivas com comentários.....	322
14.	Questões para treinar (sem comentários).....	337
14.1.	Gabarito.....	339

## CAPÍTULO IV AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1.	Considerações iniciais.....	341
2.	Legitimidade ativa e passiva .....	343
3.	Competência na ação reparatória.....	345
4.	Sistemas processuais.....	346
5.	Suspensão da demanda civil.....	349
5.1.	Regime legal da suspensão.....	349
6.	Execução da sentença condenatória penal .....	349
7.	Sentença absolutória e subordinação temática.....	350
8.	Efeitos civis de outras sentenças e decisões penais .....	355
8.1.	Decisão de arquivamento do inquérito policial.....	355
8.2.	Decisão que julgar extinta a punibilidade .....	356
8.3.	Sentença absolutória imprópria.....	359
8.4.	Sentença absolutória prolatada pelo Júri Popular .....	359
8.5.	Sentença homologatória de transação penal.....	359
9.	Revisão criminal e ação rescisória.....	360
10.	Prazo prescricional.....	360
11.	Quadro sinótico.....	361
12.	Súmulas aplicáveis .....	364
12.1.	STJ.....	364
13.	Informativos recentes .....	364
13.1.	STJ.....	364
13.2.	STF.....	365
14.	Questões de concursos públicos .....	366
15.	Gabarito anotado .....	368
16.	Questões discursivas com comentários .....	370
17.	Questões para treinar (sem comentários).....	371
17.1.	Gabarito.....	371

## CAPÍTULO V JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Jurisdição.....	373
1.1.	Conceito .....	373
1.1.1.	Jurisdição típica: Poder Judiciário ou Justiça Ordinária.....	374
1.1.2.	Jurisdição Atípica: Justiça Extraordinária ou Justiça Política .....	375
1.2.	Princípios.....	376
1.2.1.	Investidura .....	376
1.2.2.	Indelegabilidade.....	377
1.2.3.	Juiz natural .....	378
1.2.4.	Inafastabilidade .....	379

1.2.5.	Inevitabilidade ou irrecusabilidade.....	380
1.2.6.	Correlação ou relatividade.....	380
1.2.7.	Devido processo legal.....	384
1.3.	Características.....	384
1.3.1.	Inércia.....	384
1.3.2.	Substitutividade.....	385
1.3.3.	Lide.....	385
1.3.4.	Atuação do direito.....	386
1.3.5.	Imutabilidade.....	386
2.	Competência.....	387
2.1.	Conceito.....	387
2.2.	Critérios.....	387
2.2.1.	Competência material.....	388
2.2.2.	Competência funcional.....	388
2.3.	Competência <i>ratione materiae</i> .....	389
2.3.1.	Justiça comum estadual.....	389
2.3.2.	Justiça comum federal.....	391
2.3.3.	Competência da justiça especializada militar.....	406
2.3.4.	Competência da justiça especializada eleitoral.....	409
2.4.	Competência <i>ratione loci</i> .....	410
2.4.1.	Domicílio ou residência do réu.....	413
2.4.2.	Critério subsidiário.....	414
2.4.3.	Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves.....	414
2.4.4.	Crimes praticados no exterior.....	416
2.4.5.	Súmulas aplicáveis.....	416
2.5.	Competência pela natureza da infração.....	416
2.6.	Colegiado de primeiro grau de jurisdição.....	416
2.6.1.	Considerações gerais.....	416
2.6.2.	Objetivos da instituição de colegiado no âmbito do juízo de primeiro grau.....	418
2.6.3.	Procedimento para formação de colegiado de primeiro grau.....	419
2.6.4.	Princípio do juiz natural.....	425
2.6.5.	Vedação de menção a voto divergente.....	426
2.7.	Competência <i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i> .....	427
2.7.1.	Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato.....	430
2.7.1.1.	Antes do exercício de função com prerrogativa de foro ou regra da atualidade.....	431
2.7.1.2.	Durante o exercício de função com prerrogativa de foro ou regra da contemporaneidade.....	431
2.7.1.3.	Após o exercício da função com prerrogativa de foro.....	432
2.7.2.	Prerrogativa <i>versus</i> tribunal do júri.....	432
2.7.3.	Prerrogativa funcional dos prefeitos.....	432
2.7.4.	Foro privilegiado e deslocamento.....	433

2.7.5.	Prerrogativa de função: crime de responsabilidade <i>versus</i> improbidade administrativa.....	433
2.7.6.	Prerrogativa de função e indiciamento.....	435
2.7.7.	Duplo grau de jurisdição <i>versus</i> cessação da prerrogativa de função ..	435
2.7.8.	Prerrogativa de função fixada na Constituição Estadual e princípio da simetria ou do paralelismo.....	435
2.7.9.	Prerrogativa de função e exceção da verdade.....	436
2.8.	Competência absoluta <i>versus</i> relativa.....	438
2.9.	Prevenção.....	440
2.10.	Distribuição.....	441
2.11.	Conexão e continência.....	442
2.11.1.	Conexão.....	442
2.11.2.	Continência.....	443
2.11.3.	Preclusão e momento de reconhecimento da conexão ou continência.....	443
2.12.	Foro prevalente.....	445
2.13.	Separação de processos.....	449
2.13.1.	Separação obrigatória.....	449
2.13.2.	Separação facultativa.....	451
2.14.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	451
2.14.1.	Surgimento de nova vara.....	453
2.15.	Prorrogação de competência.....	454
2.15.1.	Noção.....	454
2.15.2.	Prorrogação necessária.....	454
2.15.3.	Prorrogação facultativa.....	455
3.	Quadro sinótico.....	455
4.	Súmulas aplicáveis.....	467
4.1.	STJ.....	467
4.2.	STF.....	468
5.	Informativos recentes.....	468
5.1.	STJ.....	468
5.2.	STF.....	471
6.	Questões de concursos públicos.....	477
7.	Gabarito anotado.....	481
8.	Questões discursivas com comentários.....	482
9.	Questões para treinar (sem comentários).....	492
9.1.	Gabarito.....	495

## CAPÍTULO VI

### QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1.	Considerações iniciais.....	497
1.1.	Incidente processual.....	498
1.2.	Processo incidente.....	498

1.3.	Ponto em sentido processual.....	499
1.4.	Questão .....	499
1.5.	Questão incidente .....	499
1.6.	Questão prévia.....	499
1.7.	Questão preliminar ou processual .....	500
1.8.	Questão prejudicial.....	500
1.9.	Questão sucessiva e posterior.....	501
1.10.	Autuação em apartado.....	501
1.11.	Classificações dos incidentes processuais .....	502
1.11.1.	Quanto à profundidade meritória .....	502
1.11.2.	Quanto à finalidade do incidente .....	502
2.	Questões prejudiciais.....	503
2.1.	Classificação.....	504
2.1.1.	Prejudicial homogênea e heterogênea .....	504
2.1.2.	Prejudicial obrigatória e facultativa .....	505
2.1.3.	Prejudicial total e parcial .....	505
2.1.4.	Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência) .....	506
2.2.	Natureza jurídica e características .....	507
2.2.1.	Natureza Jurídica.....	507
2.2.2.	Características .....	508
2.3.	Sistemas de solução.....	509
2.4.	Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa.....	510
2.4.1.	Pressupostos .....	510
2.4.1.1.	Para o reconhecimento de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas – art. 92, CPP).....	510
2.4.1.2.	Para o reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas – art. 93, CPP).....	512
2.4.2.	Procedimento .....	513
2.4.2.1.	Em razão de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas).....	514
2.4.2.2.	Em razão do reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas).....	515
2.5.	Recursos .....	517
2.6.	Prescrição.....	517
3.	Exceções.....	517
3.1.	Conceito .....	517
3.2.	As espécies de exceções e seus processamentos.....	520
3.2.1.	Exceção de suspeição.....	520
3.2.2.	Exceção de incompetência.....	525
3.2.3.	Exceção de litispendência.....	527

3.2.4.	Exceção de ilegitimidade de parte .....	529
3.2.5.	Exceção de coisa julgada ( <i>exceptio rei judicatae</i> ).....	530
4.	Incompatibilidades, impedimento e suspeição.....	535
4.1.	Processamento .....	537
4.2.	Efeitos.....	539
4.3.	Recursos .....	539
5.	Conflito de jurisdição.....	539
5.1.	Espécies e competência.....	540
5.2.	Arguição do conflito.....	542
5.3.	Processamento .....	543
5.4.	Recursos .....	543
6.	Conflito de atribuições.....	544
6.1.	Competência para dirimir o conflito .....	544
6.2.	Processamento .....	546
7.	Restituição de coisas apreendidas.....	546
7.1.	Introdução.....	546
7.2.	Autoridade restituinte.....	548
7.3.	Confisco.....	548
7.4.	Procedimento da restituição .....	549
7.5.	Recurso .....	550
8.	Medidas assecuratórias .....	551
8.1.	Noção e espécies .....	551
8.2.	Disciplina comum às medidas assecuratórias.....	554
8.2.1.	Pressupostos para decretação das medidas assecuratórias: <i>fumus comissi delicti e periculum libertatis</i> .....	554
8.2.2.	Possibilidade de alienação antecipada dos bens onerados.....	558
8.3.	Previsão de medidas assecuratórias em leis especiais.....	559
8.3.1.	Medidas assecuratórias específicas da Lei de Entorpecentes – crimes de tráfico ilícito de drogas (Lei nº 11.343/2006).....	560
8.3.2.	Crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012).....	561
8.3.3.	Crimes de tráfico de pessoas (Lei nº 13.344/2016).....	563
8.4.	Sequestro de bens imóveis.....	564
8.4.1.	Cabimento .....	564
8.4.2.	Embargos .....	565
8.4.3.	Recurso .....	566
8.4.4.	Levantamento .....	566
8.4.5.	Destinação ao final do processo .....	567
8.5.	Sequestro de bens móveis .....	567
8.5.1.	Cabimento .....	567
8.5.2.	Embargos .....	567
8.5.3.	Recurso .....	568
8.5.4.	Levantamento .....	568
8.5.5.	Destinação ao final do processo .....	568



8.6.	Hipoteca legal .....	568
8.6.1.	Cabimento e legitimidade .....	568
8.6.2.	Embargos .....	569
8.6.3.	Procedimento .....	569
8.6.4.	Recurso .....	570
8.6.5.	Levantamento .....	570
8.6.6.	Destinação ao final do processo .....	571
8.7.	Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo ou subsidiário) .....	572
8.7.1.	Cabimento .....	572
8.7.2.	Embargos .....	573
8.7.3.	Procedimento .....	573
8.7.4.	Recurso .....	574
8.7.5.	Levantamento .....	574
8.7.6.	Destinação ao final do processo .....	574
8.8.	Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio).....	575
8.8.1.	Cabimento .....	575
8.8.2.	Embargos .....	575
8.8.3.	Recurso .....	576
9.	Incidente de falsidade .....	577
9.1.	Introdução.....	577
9.2.	Espécies .....	578
9.3.	Legitimidade.....	579
9.4.	Procedimento do incidente .....	579
9.5.	Efeitos.....	580
9.6.	Recurso .....	580
10.	Incidente de insanidade mental .....	581
10.1.	Introdução.....	581
10.2.	Procedimento.....	582
10.3.	Sequência .....	582
10.4.	Recurso .....	583
10.5.	Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena .....	583
10.6.	Insanidade superveniente .....	584
11.	Ação civil de confisco ( <i>civil forfeiture action</i> ) .....	584
11.1.	Noção .....	584
11.2.	Distinções .....	585
11.3.	Finalidade .....	585
11.4.	Perdimento de bens segundo o direito brasileiro .....	585
11.5.	Necessidade de criação de ação civil de confisco com objeto amplo.....	586
11.6.	Existência de ação confiscatória no direito brasileiro restrita aos casos de culturas ilegais de plantas psicotrópicas e de exploração de trabalho escravo.....	586
12.	Quadro Sinótico .....	587
13.	Súmulas Aplicáveis .....	603
13.1.	STJ.....	603

13.2. STF.....	603
14. Informativos recentes.....	603
14.1. STJ.....	603
14.2. STF.....	605
15. Questões de concursos públicos.....	606
16. Gabarito Anotado.....	609
17. Questões discursivas com comentários.....	611
18. Questões para treinar (sem comentários).....	613
18.1. Gabarito.....	615

## CAPÍTULO VII

### PROVA

1. Teoria Geral da Prova.....	618
1.1. Conceito e finalidade.....	618
1.2. Destinatários.....	620
1.3. Natureza jurídica.....	620
1.4. Objeto.....	620
1.5. Classificação da prova.....	622
1.5.1. Quanto ao objeto.....	622
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor.....	623
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa.....	623
1.5.4. Quanto à forma ou aparência.....	623
1.5.5. Quanto à possibilidade de renovação em juízo.....	624
1.5.6. Quanto ao momento procedimental.....	624
1.5.7. Quanto à previsão legal.....	624
1.5.8. Quanto à finalidade da prova.....	625
1.5.9. Quanto à imposição legal da forma da prova.....	626
1.6. Meios de prova.....	627
1.7. Vedação probatória.....	628
1.8. Teorias sobre o tema “provas ilícitas”.....	630
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada ( <i>fruits of the poisonous tree</i> ), teoria da ilicitude por derivação ou “ <i>taint doctrine</i> ”.....	630
1.8.1.1. Teorias decorrentes.....	632
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	636
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova.....	638
1.8.4. Princípio da serendipidade.....	639
1.8.5. Inutilização da prova ilícita.....	643
1.8.6. Teoria da exceção de erro inócuo.....	644
1.9. Prova emprestada.....	644
1.10. Ônus da prova.....	647
1.10.1. Classificação do ônus da prova.....	649
1.10.1.1. Quanto à consequência da omissão em se desincumbir do ônus.....	649

1.10.1.2. Quanto ao destinatário do ônus.....	649
1.10.2. Inversão do ônus da prova.....	650
1.11. Iniciativa do juiz.....	652
1.12. Sistemas de apreciação da prova.....	654
1.12.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção ou “secunda conscientia”.....	654
1.12.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada.....	655
1.12.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional.....	655
1.13. Princípios da prova.....	657
1.13.1. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	657
1.13.2. Princípio da audiência contraditória.....	657
1.13.3. Princípio da aquisição ou comunhão.....	657
1.13.4. Princípio da oralidade.....	657
1.13.5. Princípio da publicidade.....	658
1.13.6. Princípio do livre convencimento motivado.....	658
1.14. Procedimento probatório.....	659
1.15. Cooperação Jurídica Internacional para produção probatória.....	659
2. Provas em espécie.....	663
2.1. Exames periciais.....	663
2.1.1. Considerações gerais.....	663
2.1.1.1. Assistente técnico.....	664
2.1.2. Realização das perícias.....	665
2.1.3. Apreciação dos laudos periciais.....	666
2.1.4. Exame de corpo de delito.....	667
2.1.5. Necessidade do laudo.....	668
2.1.6. Outras perícias.....	669
2.1.6.1. Exame necroscópico.....	669
2.1.6.1.1. Exumação.....	669
2.1.6.2. Exame de lesões corporais.....	670
2.1.6.3. Perícia em incêndio.....	671
2.1.6.4. Perícia laboratorial.....	671
2.1.6.5. Exame grafotécnico.....	672
2.1.6.6. Exame nos instrumentos da infração.....	673
2.1.6.7. Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada.....	673
2.1.6.8. Avaliação.....	674
2.1.6.9. Exame de embriaguez ao volante.....	674
2.2. Interrogatório do acusado.....	676
2.2.1. Conceito e natureza jurídica.....	676
2.2.2. Necessidade e reinterrogatório.....	678
2.2.3. Formalidades do interrogatório.....	679
2.2.4. Procedimento.....	682
2.2.4.1. Preliminares.....	682

2.2.4.2.	Conteúdo .....	684
2.2.4.3.	Formalidades .....	686
2.2.4.4.	Interrogatório do réu menor de vinte e um anos.....	687
2.2.4.5.	Compatibilidade com o inquérito policial.....	687
2.2.4.6.	Interrogatório por videoconferência.....	688
2.3.	Confissão.....	690
2.3.1.	Conceito e objeto.....	690
2.3.2.	Natureza jurídica .....	690
2.3.3.	Espécies .....	690
2.3.4.	Requisitos.....	692
2.3.5.	Peculiaridades .....	692
2.3.6.	Valor probatório.....	693
2.3.7.	Delação e delação premiada .....	693
2.3.7.1.	A colaboração premiada da Lei nº 12.850/2013 e os demais meios específicos de obtenção de prova previstos para o combate à criminalidade organizada.....	701
2.3.7.1.1.	Distinções conceituais.....	701
2.3.7.1.1.1.	Elementos de informação e prova...	701
2.3.7.1.1.2.	Associação criminosa e organização criminosa.....	702
2.3.7.1.2.	Os meios específicos de obtenção de prova.....	705
2.3.7.1.3.	Interpretação da Lei nº 12.850/2013.....	708
2.3.7.1.4.	Requisitos à aplicação da delação premiada da Lei nº 12.850/2013 .....	710
2.3.7.1.5.	A decisão homologatória da colaboração premiada da Lei nº 12.850/2013 .....	711
2.4.	Perguntas ao ofendido .....	713
2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza .....	713
2.4.2.	Repercussões processuais.....	713
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido.....	714
2.4.4.	Prerrogativas do ofendido .....	714
2.5.	Testemunhas.....	715
2.5.1.	Conceito e natureza .....	715
2.5.2.	Características da prova testemunhal .....	715
2.5.3.	Recusa e impedimento .....	717
2.5.4.	Demais vedações .....	718
2.5.5.	Deveres da testemunha.....	718
2.5.6.	Número de testemunhas .....	719
2.5.7.	Classificação .....	719
2.5.7.1.	Testemunha anônima .....	721
2.5.7.2.	Testemunhas ausentes.....	722
2.5.8.	Lugar do depoimento, precatória e videoconferência .....	723
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos.....	724
2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento.....	725

2.5.11.	O depoimento .....	726
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante.....	729
2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho .....	730
2.5.14.	Proteção.....	730
2.5.15.	Valor Probatório.....	731
2.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	731
2.6.1.	Conceito e natureza jurídica .....	731
2.6.2.	Reconhecimento de pessoas.....	732
2.6.2.1.	Procedimento.....	732
2.6.2.2.	Intimidação .....	733
2.6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico .....	734
2.6.4.	Reconhecimento de coisas.....	734
2.7.	Acareação .....	734
2.7.1.	Conceito e natureza .....	734
2.7.2.	Pressupostos .....	734
2.7.3.	Procedimento .....	735
2.7.4.	Valor probatório.....	735
2.8.	Documentos .....	735
2.8.1.	Conceito .....	735
2.8.2.	Espécies .....	736
2.8.3.	Requisitos.....	737
2.8.4.	Produção .....	737
2.8.5.	Tradução.....	738
2.8.6.	Restituição .....	739
2.9.	Indícios e presunções.....	739
2.9.1.	Conceito .....	739
2.9.2.	Classificação .....	740
2.9.3.	Valor probatório.....	741
2.10.	Busca e apreensão.....	741
2.10.1.	Conceito e natureza jurídica .....	741
2.10.2.	Iniciativa .....	742
2.10.3.	Objeto.....	742
2.10.4.	Momento.....	744
2.10.5.	Espécies .....	744
2.10.5.1.	Busca domiciliar .....	744
2.10.5.2.	Busca pessoal .....	752
2.11.	Interceptação telefônica .....	753
2.11.1.	Noções fundamentais.....	753
2.11.1.1.	Interceptação telefônica .....	755
2.11.1.2.	Escuta telefônica .....	757
2.11.1.3.	Gravação telefônica .....	758
2.11.1.4.	Registro telefônico .....	760
2.11.1.5.	Interceptação ambiental.....	761

2.11.1.6. Gravação ambiental.....	763
2.11.1.7. Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e de telemática.....	763
2.11.1.8. Distinções entre sigilos: telefônico, de dados, fiscal, bancário e financeiro.....	765
2.11.1.9. Sigilo de dados e sigilo do fluxo de comunicações através do uso da Internet – Lei nº 12.965/2014.....	770
2.11.2. Iniciativa.....	773
2.11.3. Limites à interceptação de comunicações telefônicas.....	774
2.11.4. Procedimento e requisitos ao deferimento da medida.....	777
2.11.5. Prazo e renovação da interceptação telefônica.....	780
2.11.6. Condução da interceptação e acompanhamento pelo Ministério Público.....	781
2.11.7. Transcrição da gravação e auto circunstanciado.....	782
2.11.8. Encontro fortuito de provas ou “serendipidade”.....	784
2.11.9. Inutilização de gravação.....	785
2.11.10. Proteção penal e administrativa.....	786
2.11.11. Problemas de direito intertemporal.....	786
3. Quadro Sinótico.....	788
4. Súmulas aplicáveis.....	814
4.1. STJ.....	814
4.2. STF.....	815
5. Informativos recentes.....	815
5.1. STJ.....	815
5.2. STF.....	819
6. Questões de concursos públicos.....	829
7. Gabarito Anotado.....	833
8. Questões discursivas com comentários.....	835
9. Questões para treinar (sem comentários).....	854
9.1. Gabarito.....	856

## CAPÍTULO VIII

### SUJEITOS NO PROCESSO PENAL

1. A relação processual penal.....	857
2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.....	858
2.1. Juiz.....	858
2.2. Ministério Público.....	860
2.2.1. Considerações gerais.....	860
2.2.2. Organização e atuação.....	862
2.2.3. Impedimento e suspeição do representante do Ministério Público.....	863
2.2.4. Princípios atinentes ao Ministério Público.....	864
2.3. Funcionários do Poder Judiciário.....	865
2.4. Auxiliares do juízo.....	866

3.	Acusado e defensor .....	867
4.	Querelante .....	870
5.	Assistente do Ministério Público.....	871
6.	Assistente da defesa.....	874
7.	Quadro Sinótico .....	875
8.	Súmulas aplicáveis.....	879
	8.1. STF.....	879
	8.2. STJ.....	879
9.	Informativos recentes .....	879
	9.1. STJ.....	879
	9.2. STF.....	881
10.	Questões de concursos públicos.....	882
11.	Gabarito Anotado.....	886
12.	Questões discursivas com comentários.....	887
13.	Questões para treinar (sem comentários).....	888
	13.1. Gabarito.....	890

## CAPÍTULO IX

### PRISÕES

1.	Conceito.....	891
2.	Formalidades e execução .....	892
	2.1. Mandado de prisão.....	893
	2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar .....	894
	2.3. Prisão em perseguição.....	895
	2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial.....	896
	2.5. Prisão especial.....	897
	2.6. Emprego de força e uso de algemas .....	899
	2.7. Emprego de força e uso de instrumentos não letais (Lei nº 13.060/2014).....	902
	2.8. Regime disciplinar diferenciado (RDD).....	903
3.	Prisão em flagrante .....	905
	3.1. Conceito .....	905
	3.2. Espécies de flagrante.....	906
	3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro).....	906
	3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante) .....	906
	3.2.3. Flagrante presumido ( <i>ficto</i> ou assimilado) .....	907
	3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório.....	907
	3.2.5. Flagrante facultativo .....	907
	3.2.6. Flagrante esperado.....	907
	3.2.7. Flagrante preparado ou provocado.....	908
	3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada).....	910

3.2.9.	Flagrante forjado.....	911
3.2.10.	Flagrante por apresentação.....	911
4.	Flagrante nas várias espécies de crime.....	913
4.1.	Crime permanente.....	913
4.2.	Crime habitual.....	913
4.3.	Crime de ação penal privada e pública condicionada.....	914
4.4.	Crime continuado.....	914
4.5.	Infração de menor potencial ofensivo.....	915
5.	Sujeitos do flagrante.....	916
5.1.	Sujeito ativo.....	916
5.2.	Sujeito passivo.....	916
5.2.1.	Conceito e hipóteses.....	916
5.2.2.	Prisão de diplomata estrangeiro.....	918
5.2.3.	Prisão de Membro do Congresso Nacional.....	920
5.3.	Autoridade competente.....	923
6.	Procedimentos e formalidades.....	924
6.1.	Nota de culpa.....	926
6.2.	Remessa à autoridade.....	927
6.3.	Audiência de custódia.....	928
7.	Prisão preventiva.....	931
7.1.	Conceito.....	931
7.2.	Pressupostos.....	931
7.3.	As hipóteses de decretação.....	931
7.4.	Infrações que comportam a medida.....	936
7.5.	Decretação e sistema recursal.....	939
7.6.	Fundamentação.....	940
7.7.	Revogação.....	941
7.8.	Apresentação espontânea.....	942
7.9.	Preventiva <i>versus</i> excludentes de ilicitude.....	943
8.	Prisão temporária.....	944
8.1.	Conceito.....	944
8.2.	Decretação.....	944
8.3.	Cabimento.....	945
8.3.1.	Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I)......	945
8.3.2.	Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II).....	946
8.3.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	947
8.4.	Prazos.....	949
8.4.1.	Regra geral (art. 2º da Lei nº 7.960/1989).....	950
8.4.2.	Crimes hediondos e assemelhados.....	950
8.5.	Procedimento.....	950



9.	Prisão decorrente da decisão de pronúncia.....	951
10.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	953
11.	Prisão domiciliar.....	956
12.	Prisão administrativa.....	958
13.	Prisão civil.....	959
14.	Prisão para averiguações.....	960
15.	“Difusões vermelhas” ( <i>red notices</i> ) e a prisão para fins de extradição – Lei nº 12.878/2013.....	961
15.1.	Difusão vermelha e a prisão para fins de extradição.....	961
15.1.1.	Difusão vermelha ordenada por autoridade judiciária brasileira.....	961
15.1.2.	Difusão vermelha oriunda de outro país (autoridade judiciária ou administrativa de Estado-membro estrangeiro) e prisão cautelar para fins de extradição.....	962
16.	Quadro sinótico.....	964
17.	Súmulas aplicáveis.....	977
17.1.	STJ.....	977
17.2.	STF.....	977
18.	Informativos recentes.....	978
18.1.	STJ.....	978
18.2.	STF.....	980
19.	Questões de concursos públicos.....	988
20.	Gabarito anotado.....	992
21.	Questões discursivas com comentários.....	994
22.	Questões para treinar (sem comentários).....	1007
22.1.	Gabarito.....	1009

## CAPÍTULO X

### LIBERDADE PROVISÓRIA E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

1.	Conceito.....	1011
2.	Espécies.....	1013
2.1.	Liberdade provisória obrigatória.....	1013
2.2.	Liberdade provisória permitida.....	1014
2.3.	Liberdade provisória vedada.....	1014
3.	Liberdade provisória sem fiança.....	1015
3.1.	Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	1015
3.2.	Liberdade provisória sem fiança e com vinculação.....	1017
3.2.1.	Restrições.....	1019
3.2.2.	Fundamentação.....	1022
3.2.3.	Outras hipóteses de cabimento.....	1023
3.2.4.	Sistema recursal.....	1024
4.	Liberdade provisória mediante fiança.....	1024
4.1.	Fiança X liberdade provisória mediante fiança.....	1024

4.2.	Objetivos da fiança.....	1025
4.3.	Valor da fiança.....	1025
4.3.1.	Demais critérios para o arbitramento .....	1026
4.4.	Modalidades de fiança.....	1027
4.5.	Obrigações do afiançado.....	1027
4.6.	Vedações legais .....	1028
4.6.1.	Vedações do art. 323, CPP .....	1030
4.6.2.	Vedações do art. 324, CPP .....	1031
4.6.3.	Demais vedações .....	1032
4.7.	Quebra da fiança.....	1033
4.8.	Perda da fiança .....	1034
4.9.	Cassação da fiança .....	1034
4.10.	Reforço da fiança.....	1035
4.11.	Dispensa da fiança.....	1035
4.12.	Procedimento.....	1036
4.13.	Execução .....	1037
5.	Outras medidas cautelares diversas da prisão .....	1037
5.1.	Considerações gerais.....	1037
5.1.1.	Bipolaridade das medidas cautelares e poder geral de cautela no processo penal.....	1038
5.1.2.	Princípios informadores.....	1039
5.2.	Momento e legitimidade .....	1041
5.3.	Requisitos .....	1041
5.4.	Cautelares em espécie .....	1042
6.	Quadro sinótico.....	1046
7.	Súmulas aplicáveis.....	1055
7.1.	STJ.....	1055
7.2.	STF.....	1055
8.	Informativos recentes .....	1055
8.1.	STJ.....	1055
8.2.	STF.....	1056
9.	Questões de concursos públicos .....	1060
10.	Gabarito anotado .....	1062
11.	Questões discursivas com comentários.....	1063
12.	Questões para treinar (sem comentários).....	1066
12.1.	Gabarito.....	1068

## CAPÍTULO XI

### ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1.	Formas de comunicação processual .....	1069
2.	Citação.....	1070
2.1.	Conceito.....	1070

2.2.	Espécies .....	1070
2.2.1.	Citação pessoal .....	1071
2.2.2.	Citação por edital .....	1073
2.2.3.	Citação por hora certa .....	1076
3.	Intimação, notificação e contagem de prazos .....	1078
4.	Revelia e suspensão do processo penal .....	1080
5.	Informatização do processo judicial .....	1083
6.	Quadro Sinótico .....	1084
7.	Súmulas Aplicáveis .....	1088
7.1.	STJ .....	1088
7.2.	STF .....	1088
8.	Informativos recentes .....	1088
8.1.	STJ .....	1088
8.2.	STF .....	1089
9.	Questões de concursos públicos .....	1090
10.	Gabarito Anotado .....	1093
11.	Questões discursivas com comentários .....	1095
12.	Questões para treinar (sem comentários) .....	1096
12.1.	Gabarito .....	1098

## CAPÍTULO XII

### SENTENÇA

1.	Noção de sentença .....	1099
1.1.	Introdução .....	1099
1.2.	Outros atos judiciais .....	1100
2.	Classificação das sentenças .....	1101
2.1.	Natureza jurídica das sentenças .....	1101
2.2.	Outras classificações .....	1103
3.	Fundamentação e estrutura das sentenças .....	1104
3.1.	Fundamentação <i>per relationem</i> ou <i>aliunde</i> .....	1105
3.2.	Estruturação da sentença .....	1105
3.2.1.	<i>Emendatio libelli</i> .....	1107
3.2.2.	<i>Mutatio libelli</i> .....	1109
4.	Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos .....	1114
4.1.	Sentença condenatória .....	1114
4.1.1.	Efeitos da sentença penal condenatória .....	1120
4.1.2.	Efeito prodrômico da sentença penal condenatória ou <i>non reformatio in pejus</i> .....	1124
4.1.3.	Técnica da sentença penal condenatória .....	1126
4.2.	Sentença absolutória .....	1128
4.3.	Sentença declaratória de extinção da punibilidade .....	1131

4.4.	Publicação e intimação da sentença .....	1132
4.4.1.	Publicação da sentença .....	1132
4.4.2.	Intimação da sentença .....	1133
4.4.2.1.	Intimação da parte autora nas ações penais privadas.....	1134
4.4.2.2.	Intimação do Ministério Público, do defensor público e do defensor dativo.....	1134
4.4.2.3.	Formas de intimação da sentença.....	1134
4.4.2.4.	Formas de intimação da decisão de pronúncia .....	1135
4.4.2.5.	Prazo de dilação dos editais de intimação da sentença.....	1137
4.4.2.6.	Intimação do ofendido .....	1137
4.4.2.7.	Intimação da sentença por carta precatória.....	1138
5.	Coisa julgada e preclusão.....	1138
5.1.	Distinção .....	1138
5.2.	Coisa julgada .....	1138
5.3.	Preclusão.....	1138
5.4.	Coisa julgada criminal e revisão criminal favor rei.....	1139
5.5.	Coisa julgada criminal e o princípio da correlação entre a <i>causa petendi</i> e a sentença .....	1140
6.	Quadro Sinótico .....	1141
7.	Súmulas aplicáveis .....	1152
7.1.	STJ.....	1152
7.2.	STF .....	1152
8.	Informativos recentes .....	1152
8.1.	STJ.....	1152
8.2.	STF .....	1155
9.	Questões de concursos públicos .....	1157
10.	Gabarito Anotado.....	1161
11.	Questões discursivas com comentários .....	1162
12.	Questões para treinar (sem comentários) .....	1171
12.1.	Gabarito.....	1173

### CAPÍTULO XIII PROCEDIMENTOS

1.	Considerações Gerais.....	1175
2.	Procedimento comum.....	1176
2.1.	Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP).....	1178
2.1.1.	Questões complementares .....	1186
2.1.1.1.	Natureza jurídica e efeitos do recebimento da petição inicial .....	1186
2.1.1.2.	Interrogatório: renovação e momento processual.....	1187
2.1.1.3.	Testemunhas: número e método de inquirição .....	1188
2.1.1.4.	Defesa preliminar.....	1188
2.1.1.5.	Debates orais e sentença .....	1189
2.1.1.6.	Tessitura principiológica .....	1192

2.1.2.	Sequência.....	1193
2.2.	Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP) .....	1194
2.2.1.	Sequência.....	1196
2.3.	Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais) .....	1198
2.3.1.	Considerações iniciais .....	1198
2.3.2.	Fase preliminar.....	1199
2.3.3.	Audiência preliminar .....	1200
2.3.4.	Procedimento sumaríssimo.....	1205
3.	Procedimentos especiais .....	1209
3.1.	Crimes afiançáveis imputados a funcionário público .....	1210
3.1.1.	Peculiaridades do procedimento .....	1211
3.1.2.	Sequência.....	1213
3.2.	Crimes contra a honra.....	1213
3.2.1.	Sequência.....	1215
3.3.	Entorpecentes .....	1216
3.3.1.	Sequência.....	1221
3.4.	Procedimento especial para os crimes falimentares .....	1222
3.5.	Outros procedimentos especiais.....	1224
3.5.1.	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais.....	1224
3.5.2.	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial .....	1226
3.5.3.	Procedimento para a restauração de autos extraviados .....	1229
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida .....	1230
4.1.	Fundamentos do tribunal do júri.....	1230
4.2.	Princípios reitores .....	1231
4.3.	Características .....	1233
4.4.	Rito especial do júri.....	1234
4.4.1.	Primeira fase ou juízo da instrução preliminar ( <i>judicium accusationis</i> )... ..	1234
4.4.1.1.	Decisão de pronúncia .....	1238
4.4.1.2.	Sentença de impronúncia .....	1243
4.4.1.3.	Despronúncia .....	1244
4.5.	Sentença de absolvição sumária.....	1244
4.6.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida .....	1247
4.7.	Rito especial do júri: segunda fase ou preparação para o julgamento ( <i>judicium causae</i> ou juízo de mérito) .....	1249
4.8.	Rol de testemunhas e diligências .....	1251
4.9.	Desaforamento .....	1252
4.10.	Instalação da reunião do júri .....	1253
4.10.1.	Preparativos administrativos e processuais .....	1253
4.10.2.	Alistamento dos jurados.....	1254
4.10.3.	Organização da pauta .....	1255
4.10.4.	Sorteio e convocação dos jurados.....	1256
4.10.5.	Função de jurado .....	1256
4.10.6.	Reunião e sessões do tribunal do júri .....	1258

4.11.	Formação do conselho de sentença.....	1260
4.12.	Atos instrutórios.....	1262
4.13.	Debates e poderes do juiz.....	1263
4.14.	Formulação dos quesitos e votação.....	1265
4.15.	Sentença e ata da sessão.....	1269
4.16.	Recurso e anulação parcial do julgamento do júri.....	1270
5.	Procedimento especial dos crimes militares.....	1272
6.	Quadro Sinótico.....	1277
7.	Súmulas Aplicáveis.....	1299
7.1.	STJ.....	1299
7.2.	STF.....	1299
8.	Informativos recentes.....	1300
8.1.	STJ.....	1300
8.2.	STF.....	1304
9.	Questões de concursos públicos.....	1306
10.	Gabarito Anotado.....	1310
11.	Questões discursivas com comentários.....	1312
12.	Questões para treinar (sem comentários).....	1324
12.1.	Gabarito.....	1327

## CAPÍTULO XIV RECURSOS

1.	Teoria geral dos recursos.....	1329
1.1.	Conceito.....	1329
1.2.	Natureza jurídica.....	1330
1.3.	Fundamentos e o duplo grau de jurisdição.....	1331
1.4.	Princípios recursais.....	1332
1.5.	Impedimentos.....	1343
1.6.	Pressupostos de admissibilidade recursal.....	1344
1.6.1.	Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	1345
1.6.2.	Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1351
1.6.3.	Juízo de admissibilidade e competência recursal.....	1354
1.7.	Efeitos recursais.....	1356
1.8.	Extinção dos recursos.....	1362
2.	Recursos em espécie.....	1363
2.1.	Apelação.....	1363
2.1.1.	Noção.....	1363
2.1.2.	Interposição.....	1365
2.1.3.	Cabimento.....	1367
2.1.4.	Processamento.....	1371
2.1.5.	Julgamento.....	1374

2.2.	Recurso em sentido estrito .....	1379
2.2.1.	Noção .....	1379
2.2.2.	Interposição .....	1379
2.2.3.	Cabimento .....	1380
2.2.4.	Processamento.....	1385
2.2.5.	Julgamento.....	1388
2.3.	Carta testemunhável .....	1389
2.3.1.	Noção .....	1389
2.3.2.	Interposição .....	1390
2.3.3.	Cabimento .....	1391
2.3.4.	Processamento.....	1393
2.3.5.	Julgamento.....	1395
2.4.	Correição Parcial.....	1395
2.4.1.	Noção .....	1395
2.4.2.	Interposição .....	1396
2.4.3.	Cabimento .....	1397
2.4.4.	Processamento.....	1397
2.4.5.	Julgamento.....	1398
2.5.	“Embarguinhos” e embargos de declaração.....	1399
2.5.1.	Noção .....	1399
2.5.2.	Interposição .....	1399
2.5.3.	Cabimento .....	1399
2.5.4.	Processamento.....	1400
2.5.5.	Julgamento.....	1401
2.6.	Agravo regimental.....	1402
2.6.1.	Noção .....	1402
2.6.2.	Interposição .....	1402
2.6.3.	Cabimento .....	1403
2.6.4.	Processamento.....	1404
2.6.5.	Julgamento.....	1404
2.7.	Embargos infringentes e de nulidade.....	1405
2.7.1.	Noção .....	1405
2.7.2.	Interposição .....	1405
2.7.3.	Cabimento .....	1406
2.7.4.	Processamento.....	1407
2.7.5.	Julgamento.....	1409
2.8.	Recursos especial e extraordinário.....	1410
2.8.1.	Noção .....	1410
2.8.2.	Interposição .....	1410
2.8.3.	Cabimento .....	1412
2.8.4.	Processamento.....	1416
2.8.5.	Julgamento.....	1417

2.9.	Reclamação constitucional .....	1419
2.9.1.	Noção .....	1419
2.9.2.	Interposição .....	1420
2.9.3.	Cabimento .....	1420
2.9.4.	Processamento.....	1421
2.9.5.	Julgamento.....	1421
2.10.	Recurso ordinário constitucional .....	1422
2.10.1.	Noção .....	1422
2.10.2.	Interposição .....	1422
2.10.3.	Cabimento .....	1423
2.10.4.	Processamento.....	1424
2.10.5.	Julgamento.....	1426
2.11.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário .....	1426
2.11.1.	Noção .....	1426
2.11.2.	Interposição .....	1427
2.11.3.	Cabimento .....	1428
2.11.4.	Processamento.....	1428
2.11.5.	Julgamento.....	1429
2.12.	Embargos de divergência .....	1430
2.12.1.	Noção .....	1430
2.12.2.	Interposição .....	1430
2.12.3.	Cabimento .....	1431
2.12.4.	Processamento.....	1431
2.12.5.	Julgamento.....	1432
2.13.	Agravo em execução .....	1433
2.13.1.	Noção .....	1433
2.13.2.	Interposição .....	1433
2.13.3.	Cabimento .....	1434
2.13.4.	Processamento.....	1434
2.13.5.	Julgamento.....	1435
2.14.	Reclamação contra a lista geral de jurados.....	1435
2.14.1.	Noção .....	1435
2.14.2.	Interposição .....	1435
2.14.3.	Cabimento .....	1436
2.14.4.	Processamento.....	1436
2.14.5.	Julgamento.....	1436
2.15.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1436
2.15.1.	Noção .....	1436
2.15.2.	Iniciativa .....	1437
2.15.3.	Cabimento .....	1437
2.15.4.	Processamento.....	1438
2.15.5.	Julgamento.....	1438



3.	Quadro Sinótico .....	1440
4.	Súmulas aplicáveis .....	1470
4.1.	STJ.....	1470
4.2.	STF.....	1470
5.	Informativos recentes .....	1471
5.1.	STJ.....	1471
5.2.	STF.....	1475
6.	Questões de concursos públicos .....	1478
7.	Gabarito Anotado.....	1481
8.	Questões discursivas com comentários.....	1483
9.	Questões para treinar (sem comentários).....	1488
9.1.	Gabarito.....	1490

## CAPÍTULO XV NULIDADES

1.	Nulidades processuais em geral .....	1491
1.1.	Introdução .....	1491
1.1.1.	Noção de nulidade .....	1491
1.1.2.	Sistemas de nulidades: rol exemplificativo <i>versus</i> rol taxativo .....	1492
1.1.3.	Fundamento constitucional.....	1494
1.1.4.	Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	1495
1.1.5.	Elementos e formalidades do ato processual penal.....	1496
1.1.6.	Confronto doutrinário.....	1497
1.2.	Classificações das nulidades.....	1498
1.2.1.	Influência do direito privado .....	1498
1.2.2.	Fundamento das classificações.....	1498
1.2.3.	Divergências na terminologia classificatória .....	1498
1.2.4.	Doutrina clássica das nulidades <i>versus</i> doutrina das nulidades como sanção .....	1498
1.2.5.	Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação .....	1499
1.2.6.	Relativização das nulidades processuais.....	1500
1.2.7.	Classificações na doutrina .....	1500
1.3.	Princípios informativos das nulidades .....	1504
1.3.1.	O princípio da boa-fé objetiva e o <i>duty to mitigate the loss</i> na esfera criminal .....	1508
2.	Inexistência dos atos processuais.....	1509
3.	Nulidades absolutas e relativas.....	1510
3.1.	A arguição de nulidade .....	1510
3.2.	Efeitos.....	1512
4.	Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	1512
4.1.	Falta ou deficiência de defesa.....	1513
4.2.	Ilegitimidade da parte .....	1515
4.3.	Incompetência do juízo.....	1518

4.4.	Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	1520
4.5.	Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação .....	1522
4.6.	Ausência de intervenção do Ministério Público.....	1524
4.7.	Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	1524
4.8.	Vícios na decisão de pronúncia e rol de testemunhas .....	1526
4.9.	Não intimação do réu da data de julgamento pelo júri.....	1527
4.10.	Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	1528
4.11.	Concessão de prazos processuais.....	1529
4.12.	Falta de intimação de testemunhas.....	1531
4.13.	Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	1533
4.14.	Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	1534
4.15.	Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri .....	1535
4.16.	Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular.....	1536
4.17.	Vícios na sentença .....	1536
4.18.	Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1540
4.19.	Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais.....	1541
4.20.	Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais .....	1543
4.21.	Omissão de formalidade essencial de ato processual .....	1543
4.22.	Nulidades no inquérito policial .....	1544
4.22.1.	Divergência doutrinária.....	1544
4.22.2.	Jurisprudência.....	1545
5.	Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal .....	1546
6.	Quadro Sinótico .....	1546
7.	Súmulas aplicáveis.....	1560
7.1.	STF .....	1560
8.	Informativos recentes .....	1560
8.1.	STJ.....	1560
8.2.	STF.....	1564
9.	Questões de concursos públicos.....	1567
10.	Gabarito Anotado.....	1569
11.	Questões discursivas com comentários.....	1571
12.	Questões para treinar (sem comentários).....	1574
12.1.	Gabarito.....	1575

## CAPÍTULO XVI

## AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1.	De ordem geral .....	1577
2.	<i>Habeas corpus</i> .....	1578
2.1.	Fundamentos .....	1578
2.2.	Natureza jurídica .....	1579
2.3.	Cabimento.....	1580
2.3.1.	Violação à liberdade de ir e vir.....	1580
2.3.2.	<i>Habeas corpus</i> preventivo, repressivo e suspensivo.....	1584

2.3.3.	Crime com pena privativa de liberdade .....	1585
2.3.4.	Transgressão disciplinar.....	1586
2.4.	Processamento e julgamento .....	1587
2.4.1.	Competência.....	1587
2.4.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1591
2.4.3.	Forma de propositura.....	1592
2.4.4.	Rito processual.....	1592
2.4.5.	Julgamento.....	1595
2.4.6.	Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	1597
2.4.7.	<i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão..	1597
2.4.8.	Recursos em <i>habeas corpus</i> e <i>habeas corpus</i> substitutivo .....	1598
2.4.9.	Jurisprudência defensiva: o <i>habeas corpus</i> substitutivo de recurso ordinário constitucional e a concessão de <i>habeas corpus</i> de ofício .....	1600
3.	Mandado de Segurança.....	1601
3.1.	Fundamentos .....	1601
3.2.	Cabimento.....	1602
3.3.	Processamento e julgamento .....	1605
3.3.1.	Competência.....	1605
3.3.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1606
3.3.3.	Procedimento do mandado de segurança.....	1608
3.3.4.	Julgamento.....	1610
3.4.	Mandado de segurança coletivo.....	1612
4.	Revisão Criminal.....	1613
4.1.	Fundamentos .....	1613
4.2.	Cabimento.....	1614
4.3.	Processamento e julgamento .....	1615
4.3.1.	Competência.....	1615
4.3.2.	Legitimidade ad causam .....	1616
4.3.3.	Propositura .....	1618
4.3.4.	Rito da revisão criminal.....	1618
4.3.5.	Julgamento e indenização.....	1619
5.	Quadro Sinótico .....	1622
6.	Súmulas aplicáveis.....	1635
6.1.	STJ.....	1635
6.2.	STF .....	1635
7.	Informativos recentes .....	1636
7.1.	STJ.....	1636
7.2.	STF .....	1638
8.	Questões de concursos públicos.....	1644
9.	Gabarito Anotado.....	1648
10.	Questões discursivas com comentários .....	1649
11.	Questões para treinar (sem comentários).....	1651
11.1.	Gabarito.....	1652

## CAPÍTULO XVII

### DISPOSIÇÕES GERAIS DO CPP

1.	Audiências e sessões.....	1653
2.	Publicidade.....	1654
3.	Poder de polícia do juiz.....	1654
4.	Prazos.....	1655
4.1.	Prazos penais <i>versus</i> prazos processuais.....	1655
4.2.	Fluência dos prazos processuais.....	1656
4.3.	Prazos processuais em espécie.....	1658
4.4.	Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais.....	1660
5.	Retirada de autos.....	1661
6.	Custas processuais.....	1662
7.	Substituição do escrivão/diretor de secretaria.....	1664
8.	Estatística judiciária criminal.....	1664
9.	Quadro sinótico.....	1665
10.	Súmulas aplicáveis.....	1668
10.1.	STJ.....	1668
10.2.	STF.....	1668
11.	Informativos recentes.....	1668
11.1.	STF.....	1668
11.2.	STJ.....	1669
12.	Questões de concursos públicos.....	1670
13.	Gabarito anotado.....	1671
14.	Questões discursivas com comentários.....	1672

## CAPÍTULO XVIII

### TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

1.	Sistema internacional de persecução criminal.....	1673
2.	Jurisdição e competência.....	1676
2.1.	Competência material irretroativa.....	1676
2.2.	Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.....	1676
2.3.	Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional.....	1677
3.	Princípios informadores do Direito Penal e do Processo Penal Internacional.....	1680
4.	Inquérito.....	1681
5.	Procedimento criminal.....	1682
5.1.	Juízo de Instrução.....	1682
5.2.	Juízo de Julgamento.....	1683
5.3.	Juízo de Recursos.....	1685
6.	Execução da pena.....	1686
7.	Quadro sinótico.....	1687

8.	Informativos recentes .....	1691
8.1.	STF .....	1691
9.	Questões de concursos públicos .....	1691
10.	Gabarito anotado .....	1693
11.	Questões discursivas com comentários .....	1693
12.	Questões para treinar (sem comentários) .....	1695
12.1.	Gabarito .....	1695

## CAPÍTULO XIX EXECUÇÃO PENAL

1.	Considerações gerais .....	1697
1.1.	Noção .....	1697
1.2.	Natureza jurídica da execução penal .....	1698
1.3.	Autonomia do processo executivo penal .....	1699
2.	Requisitos da execução penal .....	1700
3.	Objetivos da execução penal .....	1701
4.	Princípios e garantias da execução penal .....	1701
4.1.	Devido processo legal .....	1701
4.2.	Juízo competente .....	1701
4.3.	Individualização da pena .....	1703
4.4.	Personalização da pena .....	1703
4.5.	Legalidade e irretroatividade da lei .....	1704
4.6.	Contraditório e ampla defesa .....	1705
4.7.	Direito à prova .....	1706
4.8.	Isonomia .....	1706
4.9.	Direito a não autoincriminação .....	1707
4.10.	Reeducação .....	1707
4.11.	Duplo grau de jurisdição .....	1708
4.12.	Humanização .....	1708
4.13.	Cooperação comunitária .....	1709
4.14.	Oficialidade .....	1709
4.15.	Publicidade .....	1709
4.16.	Aplicação ao preso provisório .....	1709
4.17.	Motivação das decisões .....	1710
4.18.	<i>Numerus clausus</i> .....	1710
5.	Órgãos da execução penal .....	1710
6.	Estabelecimentos para cumprimento de pena .....	1713
6.1.	Definição do estabelecimento .....	1713
6.2.	Penitenciária .....	1714
6.3.	Colônia agrícola, industrial ou similar .....	1715
6.4.	Casa do Albergado .....	1715
6.5.	Centro de Observação .....	1716

6.6.	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico .....	1716
6.7.	Cadeia pública .....	1717
6.8.	Crítérios para separação de presos provisórios e apenados .....	1717
7.	Jurisdição e competência da execução penal .....	1718
8.	Restrição de direitos na execução da pena .....	1718
8.1.	Deveres .....	1718
8.2.	Direitos .....	1719
8.3.	Direitos políticos .....	1720
8.4.	Visita .....	1720
8.5.	Comunicação .....	1721
8.6.	Assistência .....	1721
8.6.1.	Assistência material .....	1721
8.6.2.	Assistência à saúde .....	1721
8.6.3.	Assistência jurídica .....	1722
8.6.4.	Assistência educacional .....	1722
8.6.5.	Assistência social .....	1723
8.6.6.	Assistência religiosa .....	1723
8.6.7.	Assistência ao egresso .....	1723
8.7.	Trabalho .....	1723
8.8.	Faltas disciplinares .....	1725
8.8.1.	Espécies .....	1727
8.8.2.	Apuração, defesa técnica e aplicação .....	1727
8.9.	Regime Disciplinar Diferenciado .....	1728
8.10.	Sanções .....	1730
8.11.	Recompensas .....	1730
9.	Intervenção do Ministério Público na execução penal .....	1730
10.	Processo de execução penal .....	1731
10.1.	Penas privativas de liberdade .....	1731
10.2.	Penas restritivas de direito .....	1731
10.3.	Pena de multa .....	1734
10.4.	Medida de segurança .....	1737
10.5.	Prisão albergue domiciliar .....	1739
10.6.	Procedimento da execução penal .....	1740
10.6.1.	Iniciativa .....	1740
10.6.2.	Guia de execução penal .....	1740
10.6.3.	Processamento .....	1741
10.7.	Execução provisória da pena .....	1741
10.8.	Regressão de regime .....	1743
10.8.1.	Regressão cautelar .....	1744
10.9.	Progressão de regime .....	1744
10.9.1.	Requisitos .....	1744
10.9.2.	Progressão por salto .....	1747

10.10. Incidentes e conversões .....	1748
10.10.1. Doença mental superveniente.....	1749
10.10.2. Desvio e excesso de execução .....	1749
10.10.3. Anistia e indulto .....	1750
10.11. Remissão.....	1752
10.12. Detração penal .....	1755
10.13. Autorizações de saída .....	1755
10.14. Livramento condicional.....	1758
10.15. Monitoração eletrônica .....	1761
10.16. Suspensão condicional da pena .....	1762
10.17. Meios de impugnação .....	1764
10.17.1. Recursos.....	1764
10.17.2. Ações autônomas de impugnação.....	1765
10.18. Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena.....	1765
11. Tecnologia aplicada à execução penal – Lei nº 12.714/2012 .....	1765
12. Quadro sinótico.....	1768
13. Súmulas aplicáveis .....	1781
13.1. STJ.....	1781
13.2. STF.....	1782
14. Informativos recentes .....	1783
14.1. STJ.....	1783
14.2. STF.....	1792
15. Questões de concursos públicos.....	1810
16. Gabarito anotado .....	1814
17. Questões discursivas com comentários.....	1815
18. Questões para treinar (sem comentários) .....	1824
18.1. Gabarito.....	1826

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1827</b>
---------------------------	-------------